



GT 23. Ciganos em uma perspectiva antropológica

Coordenador(es):

Mirian Alves de Souza (UFF - Universidade Federal Fluminense)

Maria Patrícia Lopes Goldfarb (UFPB - Universidade Federal da Paraíba)

Sessão 1

Debatedor/a: Mercia Rejane Rangel Batista (UFCG - Universidade Federal de Campina Grande)

Sessão 2

Debatedor/a: Felipe Berocan Veiga (UFF - Universidade Federal Fluminense)

A reflexão sobre o tema dos ciganos tem congregado pesquisadores envolvidos com os grupos ciganos no Brasil e exterior. Iniciamos discussões no âmbito local e mantivemos a temática na forma de GTs, nas Reuniões de Antropólogos do Norte-Nordeste, nas Reuniões Brasileiras de Antropologia e no Congresso Mundial da International Union of Anthropological and Ethnological Sciences. Deste modo, objetivamos dar continuidade aos debates, e ao mesmo tempo discutir a produção etnográfica sobre grupos ciganos. Analisando os processos de construções identitárias; propondo uma reflexão sobre a (in)visibilidade desses sujeitos em diferentes cenários políticos; problematizando como os projetos políticos das organizações ciganas são moldados por diversas imaginações étnicas e nacionalistas; e indagando o papel da produção antropológica na mediação entre os sujeitos estudados e as esferas públicas, o GT pretende fomentar um campo de interlocução em uma perspectiva antropológica e etnográfica, especialmente no Brasil. Para esta edição, as coordenadoras e debatedores propõem apresentar um balanço do campo de estudos nos últimos anos, focalizando a produção acadêmica que passou pelas edições do GT, e que foram elaboradas em diálogo e no âmbito de diferentes programas de pós-graduação na área de antropologia e das ciências sociais, núcleos de pesquisa, laboratório e redes científicas, associações ciganas, organizações não governamentais, e diferentes esferas do estado e da sociedade.

O encontro de poderes: uma etnografia do processo legislativo de criação do Estatuto do Cigano

Autoria: Phillipe Cupertino Salloum e Silva (UEG - Universidade Estadual de Goiás), Luiz Eduardo Figueira Liziane Pinto Correia

A relação entre os ciganos e a produção de normas não é recente, iniciou-se no período colonial, a partir do século 16, leis com fins de discriminar, controlar e aniquilar a existência cigana, direta ou indiretamente. Após a promulgação da Constituição de 1988 e, principalmente, com as políticas públicas propostas 2005 em diante, surge uma série de instrumentos jurídicos de natureza protetiva voltadas diretamente aos ciganos. Estabelecemos como tema deste estudo a luta por direitos ciganos no âmbito da tramitação do Projeto Lei do Senado nº 248/2015 (PLS nº 248/2015), que propõe a criação do Estatuto do Cigano no ordenamento jurídico brasileiro. Nossa produção etnográfica envolveu os ciganos que atuam na esfera política federal, com foco no Congresso Nacional. Indicamos, descrevemos e analisamos registros audiovisuais da TV Senado e TV Câmara, com audiências públicas relacionadas à cidadania e luta por direitos ciganos e a própria tramitação do PLS nº 248/2015. Ao descrever densamente esta trama política, observa-se que ela é composta por atores estatais e não estatais (ciganos e não ciganos), onde há um encontro de poderes, instituições políticas, assim como diferentes associações ciganas, que muitas vezes reivindicam a totalidade da representação desta minoria étnica no Brasil. Realizamos uma observação participante de como vem se dando a construção da



condição jurídica política dos ciganos no Brasil, acompanhando presencialmente os eventos políticos ocorridos em Brasília, na esfera da União, a partir de 2018, em que se discutiram a questão cigana de forma genérica, na Procuradoria Geral da República e nos ministérios do Poder Executivo. Integramos a análise dos materiais audiovisuais e as anotações do caderno de campo ao mapeamento dos registros documentais deste projeto de lei que tramita no Senado. Ao optar por incluir na presente pesquisa experiências etnográficas dos espaços políticos federais em que apresentaram a participação de atores e pautas ciganas, para além do que ocorre no Congresso Nacional, tentamos compreender o processo de criação de uma norma protetiva aos ciganos de forma mais ampla, a inserindo numa conjuntura política maior, em que surgem diferentes grupos, instituições e poderes, levando em consideração as disputas nacionais e as mudanças de governo, entre os anos de 2015 e 2020. A atuação dos grupos ciganos neste processo legislativo não se dá de maneira isolada, permeada apenas por disputas internas, ela está atravessada por uma rede de relações políticas, dentro e fora do Estado. Destacar o ser cigano como ação política pode ser chave para compreender as práticas estatais, as relações de poderes, assim como as disputas políticas em torno da delimitação da cidadania cigana no processo legislativo do PLS nº 248/2015.

[Trabalho completo](#)



Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameacem a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: